CENTRO PAULA SOUZA

ETEC PROF MARIA CRISTINA MEDEIROS

Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio

Davi Antonio Ramos Araújo

Enzo Krebs Silva

Iago dos Santos Menezes

Lucas Martins Pereira

Pedro Carneiro dos Santos

Pedro Henrique Assunção Medeiros

Tiago de Carvalho Estrada

Vinícius Araujo Ramos

Wesley Mendes de Sousa

SOCIOLOGIA: SISTEMAS ECONÔMICOS E FORMAS DE GOVERNO

Ribeirão Pires

2025

Enzo Krebs Silva

Davi Antonio Ramos Araújo

Iago dos Santos Menezes

Lucas Martins Pereira

Pedro Carneiro dos Santos

Pedro Henrique Assunção Medeiros

Tiago de Carvalho Estrada

Vinícius Araujo Ramos

Wesley Mendes de Sousa

SOCIOLOGIA: SISTEMAS ECONÔMICOS E FORMAS DE GOVERNO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio da ETEC Prof. Maria Cristina Medeiros, orientado pelo Prof. César Lima, como requisito parcial para obtenção de nota no componente de sociologia.

Ribeirão Pires

2025

RESUMO

As ideologias políticas, surgidas na transição do feudalismo para o capitalismo industrial, moldaram as formas de governo e os sistemas econômicos ao longo da história moderna, definindo valores, prioridades e estruturas de poder em diferentes sociedades. O liberalismo, com sua ênfase na liberdade individual, propriedade privada e Estado mínimo, influenciou democracias modernas, enquanto o neoliberalismo, intensificado nos anos 1980, promoveu privatizações e livre comércio, como visto no Brasil dos anos 1990, embora criticado por agravar desigualdades. O socialismo, defendendo a propriedade coletiva e o planejamento central, busca igualdade social, inspirando Estados de bem-estar social, mas enfrenta críticas por ineficiências. O comunismo, uma visão radical de sociedade sem classes e sem Estado, propõe a coletivização total e a distribuição equitativa com base nas necessidades, mas implementações históricas, como na União Soviética, geraram autoritarismo. O anarquismo rejeita toda autoridade, promovendo autogestão e cooperação voluntária, com exemplos como as coletividades da Revolução Espanhola, embora questionado por sua viabilidade prática. Assim, as formas de governo, como monarquias, democracias ou autocracias, refletem a interação dinâmica entre ideologias e sistemas econômicos, moldando a organização social e política em resposta aos desafios históricos e contextuais.

Palavras-Chave: Governo; Economia; Ideologia; Globalização.

ABSTRACT

Political ideologies, which emerged in the transition from feudalism to industrial capitalism, shaped forms of government and economic systems throughout modern history, defining values, priorities, and power structures in different societies. Liberalism, with its emphasis on individual freedom, private property, and a minimal state, influenced modern democracies, while neoliberalism, intensified in the 1980s, promoted privatization and free trade, as seen in Brazil in the 1990s, although criticized for exacerbating inequalities. Socialism, advocating collective property and central planning, seeks social equality, inspiring welfare states, but faces criticism for its inefficiencies. Communism, a radical vision of a classless, stateless society, proposes total collectivization and equitable distribution based on needs, but historical implementations, such as in the Soviet Union, have led to authoritarianism. Anarchism rejects all authority, promoting self-management and voluntary cooperation, with examples such as the collectives of the Spanish Revolution, although its practical viability is questioned. Thus, forms of government, such as monarchies, democracies, or autocracies, reflect the dynamic interaction between ideologies and economic systems, shaping social and political organization in response to historical and contextual challenges.

Keywords: Government; Economy; Ideology and Globalization

INDICE DE ILUSTRAÇÕES

[Figura 1: Liberalismo - John Locke 9](#_Toc208872617)

[Figura 2: Neoliberalismo - FHC 15](#_Toc208872618)

[Figura 3: Socialismo - Bandeira 17](#_Toc208872619)

[Figura 4: Comunismo - Bandeira 20](#_Toc208872620)

[Figura 5: Anarquismo: "Mikhail Bakunin" 25](#_Toc208872621)

SUMÁRIO

[1 INTRODUÇÃO 5](#_Toc208871840)

[2 FORMAS DE GOVERNO 6](#_Toc208871841)

[3 LIBERALISMO 7](#_Toc208871842)

[3.1 Contexto Histórico 7](#_Toc208871843)

[3.2 Liberdade Econômica 8](#_Toc208871844)

[3.3 Liberdade Política 8](#_Toc208871845)

[3.4 Estado Mínimo 9](#_Toc208871846)

[4 NEOLIBERALISMO 10](#_Toc208871847)

[4.1 Contexto Histórico 10](#_Toc208871848)

[4.2 Privatização no Brasil 11](#_Toc208871849)

[4.3 Livre Comércio 11](#_Toc208871850)

[4.4 Neoliberalismo e Globalização 12](#_Toc208871851)

[4.5 Neoliberalismo x Liberalismo 12](#_Toc208871852)

[5 SOCIALISMO 13](#_Toc208871853)

[5.1 Contexto Histórico 13](#_Toc208871854)

[5.2 Propriedade Coletiva 14](#_Toc208871855)

[5.3 Planejamento Central 14](#_Toc208871856)

[5.4 Estado de Bem-Estar Social 14](#_Toc208871857)

[6 COMUNISMO 15](#_Toc208871858)

[6.1 Contexto Histórico 15](#_Toc208871859)

[6.2 Abolição do Estado e das Classes 16](#_Toc208871860)

[6.3 Propriedade Coletiva Total 16](#_Toc208871861)

[6.4 "De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade" 17](#_Toc208871862)

[7 ANARQUISMO 18](#_Toc208871863)

[7.1 Contexto Histórico 18](#_Toc208871864)

[7.2 Abolição do Estado 19](#_Toc208871865)

[7.3 Autogestão 20](#_Toc208871866)

[7.4 Rejeição da Autoridade 20](#_Toc208871867)

[8 CONCLUSÃO 22](#_Toc208871868)

[9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 23](#_Toc208871869)

# INTRODUÇÃO

De acordo com Heywood, a ideologia política teve origem na transição do feudalismo para o capitalismo industrial. Basicamente, as tradições ideológicas mais velhas ou “clássicas” – o liberalismo, o conservadorismo e o socialismo – surgiram como tentativas constantes de definir a sociedade industrial emergente. Enquanto o liberalismo lutava pelo individualismo, pelo mercado e, ao menos no início, por um governo de atuação restrita; o conservadorismo continuava a defender um ancien régime [antigo regime] cada vez mais conflituoso; e o socialismo promovia uma visão bem diferente de uma sociedade fundada na comunidade, na igualdade e na cooperação (HEYWOOD, 2010, p. 29).

Já nos textos do teórico alemão Karl Marx e o uso que ele fez dessa palavra que despertou o interesse que as gerações posteriores de pensamentos marxistas tinham pela ideologia política no pensamento político e social moderno. Assim ao longo da história moderna e contemporânea é de conhecimento que houve diversos princípios e valores que foram propostos por diferentes movimentos políticos, dando origem a diversos tipos de ideologias (2013, Mendonça).

De modo geral sabe-se que as ideologias ajudaram a moldar a história do mundo moderno e há vários modelos ideológicos segundo os postulados de Sell (2006): o Anarquismo, Absolutismo, Liberalismo, Socialismo, Comunismo, Social-democracia, Nacionalismo, Nazismo, Fascismo, Stalinismo, Trotskismo, Maoísmo, Integralismo, Democracia cristã, Pacifismo, Conservadorismo, Populismo dentre outras. Mas especificamente do ponto de vista político, as ideologias apresentam um enfoque econômico como é o caso do liberalismo, neoliberalismo, socialismo, comunismo e anarquismo que podem ser analisados por uma divisão entre “esquerda” e “direita”, sendo a primeira uma inclinação ideológica associada ao princípio da igualdade e justiça social e a segunda associada à ideia de liberdade e garantia da propriedade privada (2013, Mendonça).

# FORMAS DE GOVERNO

As formas de governo representam as estruturas políticas e institucionais pelas quais as sociedades organizam o exercício do poder, a administração de recursos e a tomada de decisões, moldadas por sistemas econômicos e ideologias que refletem os valores, prioridades e contextos históricos de um grupo social. Essas formas variam amplamente, desde monarquias absolutistas, como a França de Luís XIV no século XVII, até democracias modernas, como a dos Estados Unidos pós-independência, passando por regimes autoritários, como ditaduras militares na América Latina do século XX.

Cada forma determina quem detém o poder (um rei, uma elite ou o povo) e como ele é exercido, seja por meio de eleições, herança ou força. Sistemas econômicos, como o capitalismo de mercado ou o socialismo planificado, desempenham um papel crucial na definição das políticas governamentais, enquanto ideologias, como o liberalismo ou o socialismo, orientam os objetivos e as práticas de governo. Por exemplo, a Revolução Francesa (1789) marcou a transição de uma monarquia absolutista para formas republicanas, influenciada por ideais iluministas de liberdade e igualdade.

No entanto, críticas apontam que certas formas, como autocracias, podem levar à concentração de poder e à exclusão social, enquanto democracias enfrentam desafios como a manipulação por interesses econômicos. “Termo bastante amplo, o sistema econômico é composto por pessoas e instituições, e abrange o conjunto de atividades desenvolvidas pela sociedade para ordenar a produção, distribuição e o consumo de bens e serviços com o objetivo de atender às necessidades humanas” (TOPINVEST, 2025). Assim, as formas de governo são reflexos dinâmicos das interações entre poder político, economia e ideologia, moldando a organização social em diferentes épocas e contextos.

Ideologia é um conjunto de ideias, convicções e princípios filosóficos, sociais e políticos que caracterizam o pensamento de um indivíduo, grupo, movimento, época ou sociedade. Uma ideologia estabelece valores e preferências de um grupo e inclui um programa de ação para a execução dos objetivos definidos. O termo ideologia foi criado pelo filósofo Destutt de Tracy, no final do século XVIII (SIGNIFICADOS, 2025).

# LIBERALISMO

O liberalismo foi uma doutrina que surgiu na Europa, no século XVIII. Abrangeu aspectos econômicos, políticos e sociais. Em sua essência, o liberalismo se opôs ao mercantilismo e à intervenção do Estado na economia. Defende princípios que visam aumentar o poder e os direitos do indivíduo, particularmente nas esferas política e econômica, frequentemente limitando o poder do Estado em certas áreas (TODAMATÉRIA, 2025).

Figura 1: Liberalismo - John Locke



Fonte: BrasilEscola, 2025

## Contexto Histórico

O liberalismo emergiu no século XVII na Europa, influenciado pelo Iluminismo e pelas revoluções burguesas, como a Revolução Gloriosa na Inglaterra (1688) e a Revolução Francesa (1789), representando uma reação contra o absolutismo monárquico e o mercantilismo, defendendo a liberdade individual, os direitos naturais, a propriedade privada e um governo limitado por constituições e separação de poderes.

Pensadores como John Locke, com sua teoria dos direitos inalienáveis (vida, liberdade e propriedade), e Adam Smith, com o conceito de "mão invisível" do mercado em "A Riqueza das Nações" (1776), foram fundamentais para sua consolidação durante a Revolução Industrial, promovendo o livre comércio e o laissez-faire econômico, que impulsionaram o capitalismo moderno nos Estados Unidos e na Europa Ocidental no século XIX.

No contexto brasileiro, o liberalismo influenciou a Independência (1822) e a Proclamação da República (1889), embora adaptado a realidades coloniais e escravagistas, enfrentando críticas por perpetuar desigualdades sociais e econômicas em nome da liberdade individual. Apesar de seu triunfo no Ocidente pós-Segunda Guerra Mundial, com a criação de instituições como a ONU e o FMI, o liberalismo clássico evoluiu para variantes como o social-liberalismo, respondendo a crises como a Grande Depressão de 1929, que expôs as limitações do mercado desregulado (Wikipedia, 2025).

## Liberdade Econômica

De acordo com a Brasil Paralelo (2025), o liberalismo econômico fundamenta-se em três pilares principais, baseados na teoria de Adam Smith: a propriedade privada, o livre mercado e a tributação mínima. Essa abordagem econômica defende que a liberdade individual e a ausência de intervenção estatal são cruciais para o desenvolvimento e a prosperidade de uma nação.

A propriedade privada é um dos pontos centrais dessa teoria. Segundo o artigo, ela garante ao proprietário o direito de usufruir de seus bens sem que seu uso seja limitado por uma "função social" imposta pelo governo. Em outras palavras, o Estado não deve estipular como e para que o espaço privado deve ser utilizado, assegurando total autonomia ao dono do bem.

Outro pilar fundamental é o livre mercado. Essa ideia se baseia na lei da oferta e da demanda e na não-intervenção do Estado em qualquer aspecto da economia. A Brasil Paralelo (2025) explica que, sob o liberalismo, o governo não tem o direito de interferir em preços, salários ou trocas comerciais. Acredita-se que as falhas do mercado e as disparidades sociais são corrigidas de forma natural pela "mão invisível do mercado", um conceito de Adam Smith.

Por fim, a tributação mínima completa a tríade liberal. Essa medida serve para evitar que as empresas sejam excessivamente sobrecarregadas com impostos, o que, na visão liberal, prejudicaria o desenvolvimento e a acumulação de riqueza para a nação. A redução da carga tributária é vista como um incentivo para o crescimento econômico e a criação de empregos.

## Liberdade Política

O liberalismo político é uma ideologia focada na limitação do poder estatal e na proteção das liberdades individuais. Sua principal característica é a defesa da liberdade pessoal e a oposição a formas de governo absolutistas, como a monarquia. A ideologia busca a instauração de um Estado de direito, onde o poder é claramente dividido e controlado para evitar a opressão.

A esse respeito, o site Investidor Sardinha (2025) aponta que "o liberalismo político visa a criação de um Estado de direito, onde os poderes do Estado são divididos e controlados para proteger a liberdade individual e evitar a opressão estatal." Entre os pensadores que influenciaram essa corrente, destacam-se John Locke, com sua teoria dos direitos naturais (vida, liberdade e propriedade), e Charles de Montesquieu, com a defesa da tripartição dos poderes estatais (legislativo, executivo e judiciário), que se tornou um pilar das democracias modernas.

## Estado Mínimo

De acordo com o artigo da Politize! o conceito de Estado Mínimo, popularizado por correntes liberais e neoliberais, defende a redução da intervenção estatal na economia e na vida social. Segundo o autor Renan Lima, a teoria sustenta que o papel do Estado deve se limitar a funções essenciais, como a segurança, a justiça e a defesa nacional, deixando a maioria dos serviços e atividades econômicas para a iniciativa privada.

Essa abordagem visa promover maior eficiência e menos desperdício de recursos, incentivando o crescimento econômico e a liberdade de mercado. No Brasil, essa perspectiva é associada a políticas de privatização e abertura comercial, embora também enfrente críticas por seu impacto social.

Mais recentemente, a temática tem sido revivida em debates políticos no Brasil, com propostas de privatização de empresas estatais defendidas por figuras como o ex-ministro da Economia Paulo Guedes, que se alinham à visão de que um Estado menor pode ser mais eficiente e dinâmico. No entanto, o modelo não é consensual. Críticos do Estado Mínimo argumentam que a redução do poder estatal pode comprometer a oferta de serviços sociais essenciais, como saúde e educação, e a garantia de direitos básicos à população, potencialmente aumentando a desigualdade social.

# NEOLIBERALISMO

O neoliberalismo é um modelo econômico e uma filosofia política que emergiu como uma adaptação do liberalismo clássico ao contexto do século XX. O cerne de sua teoria é a crença de que o livre mercado é o mecanismo mais eficiente para promover o crescimento e o progresso social. Seus defensores argumentam que, ao minimizar a intervenção estatal, a economia pode funcionar de forma mais fluida, com maior eficiência e competitividade.

As principais características do neoliberalismo incluem:

* Redução da intervenção estatal: O Estado deve atuar minimamente na economia, limitando-se a garantir a segurança, a propriedade privada e o cumprimento de contratos.
* Privatização: A transferência de empresas e serviços públicos para a iniciativa privada é vista como uma forma de aumentar a eficiência e reduzir os gastos governamentais.
* Livre mercado e concorrência: A eliminação de barreiras comerciais e regulamentações excessivas para promover a livre circulação de capitais e mercadorias.
* Austeridade fiscal: A busca pelo equilíbrio das contas públicas por meio da redução de gastos sociais e investimentos.

O neoliberalismo ganhou força com as políticas de Margaret Thatcher e Ronald Reagan nos anos 1980 e se consolidou com o Consenso de Washington em 1989. Embora seus defensores apontem para o potencial de crescimento econômico e combate à pobreza, críticos argumentam que o modelo pode aprofundar a desigualdade social, enfraquecer os direitos trabalhistas e diminuir o acesso a serviços públicos essenciais (BLUME; MARTINELI, 2025).

## Contexto Histórico

O neoliberalismo surgiu na década de 1930 como uma resposta à Grande Depressão e ao keynesianismo intervencionista, ganhando forma teórica na Sociedade Mont Pèlerin (1947), fundada por economistas como Friedrich Hayek e Milton Friedman, que criticavam o welfare state e defendiam a desregulamentação, privatizações e mercados livres para restaurar a eficiência econômica.

Seu auge ocorreu nos anos 1970-1980, impulsionado pelo estagflação e pelas crises do petróleo, com implementações pioneiras no Chile sob Pinochet (1973), seguido pelas reformas de Margaret Thatcher no Reino Unido (1979) e Ronald Reagan nos EUA (1981), que promoveram cortes fiscais, sindicalismo enfraquecido e globalização via acordos como o NAFTA (1994).

No Brasil, o neoliberalismo foi adotado nos anos 1990 pelos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, com o Plano Real e privatizações, alinhando-se ao Consenso de Washington (1989), mas gerando críticas por aumentar desigualdades e dependência externa. Apesar de seu domínio no pós-Guerra Fria, com a expansão da União Europeia e da OMC, o neoliberalismo enfrentou retrocessos com crises como a de 2008, questionando sua sustentabilidade em face de populismos e demandas por equidade social (Wikipedia, 2025).

## Privatização no Brasil

A privatização no contexto do neoliberalismo no Brasil, intensificada a partir dos anos 1990, especialmente nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, envolveu a venda de empresas estatais estratégicas, como a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional, sob o argumento de que eram ineficientes e onerosas ao Estado. Contudo, críticas apontam que muitas dessas empresas eram lucrativas e que o processo foi financiado pelo próprio governo via BNDES, com recursos que não conseguiram reduzir a dívida pública, devido à política de juros altos. (Mendonça, 2022).

Figura 2: Neoliberalismo - FHC



Fonte: WikiPedia, 2025

## Livre Comércio

O neoliberalismo promove o livre mercado por meio da redução da intervenção estatal, desregulamentação e incentivo à concorrência, como visto no Brasil na década de 1990 com a abertura econômica e privatizações durante os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso. Embora visassem eficiência, essas políticas levaram à falência de empresas nacionais e maior presença de multinacionais. Globalmente, acordos como o NAFTA exemplificam o livre mercado, mas são criticados por aumentar desigualdades e favorecer corporações (Mendonça, s.d.; Investopedia, 2025).

## Neoliberalismo e Globalização

Denominamos globalização o fenômeno da integração financeira e cultural dos países por meio de organismos internacionais. A globalização foi intensificada a partir do século XX por conta da difusão massiva dos meios de comunicação.

O FMI, a ONU e o Banco Mundial são organismos internacionais que visam manter a política de cooperação financeira global para que haja integração entre as nações. Um problema desse fenômeno é a compressão da economia dos países em desenvolvimento pela economia dos países desenvolvidos, pois percebemos uma relação desigual, em que um tem muito mais força que o outro e, por isso, acaba garantindo seus benefícios em detrimento do mais fraco.

Outro ponto a considerar-se é a cultura nos países em desenvolvimento, que perde seu espaço para a cultura hegemônica de países como os Estados Unidos, criando-se um ambiente favorável à dominação ideológica dos países mais fracos pelos mais fortes (Mendonça, 2020)

## Neoliberalismo x Liberalismo

Em sua essência, o liberalismo é uma filosofia política ampla. Ele considera a liberdade um padrão elevado e define todos os aspectos sociais, econômicos e políticos da sociedade, incluindo o papel do governo. O neoliberalismo é essencialmente uma ideologia econômica. As políticas neoliberais têm um foco mais específico e se preocupam principalmente com os mercados e as políticas e medidas que influenciam a economia” (Investopedia, 2025).

# SOCIALISMO

O socialismo é um sistema político-econômico que promove a igualdade social por meio da propriedade coletiva dos meios de produção, opondo-se ao capitalismo. Surgido no século XIX, influenciado por Karl Marx e Friedrich Engels, defende a luta de classes para eliminar a exploração, com variações como o socialismo utópico e científico. “O socialismo propõe a socialização dos meios de produção, visando uma distribuição equitativa de recursos e a redução das desigualdades” (Wikipedia, 2025). Suas políticas incluem intervenção estatal e planejamento econômico para atender necessidades coletivas.

Figura 3: Socialismo - Bandeira

  
Fonte: Resumo para Aulas, 2024

## Contexto Histórico

O socialismo surgiu no início do século XIX na Europa, no contexto da Revolução Industrial e das desigualdades geradas pelo capitalismo emergente, com precursores como Robert Owen e Charles Fourier propondo comunidades utópicas para combater a exploração operária, enquanto Henri de Saint-Simon defendia uma sociedade organizada pela ciência e indústria.

Seu marco teórico veio com Karl Marx e Friedrich Engels no "Manifesto Comunista" (1848), que analisava a luta de classes como motor da história, influenciando revoluções como a Comuna de Paris (1871) e a formação da Primeira Internacional (1864). No século XX, o socialismo se diversificou: o socialismo democrático nos partidos trabalhistas europeus, como o Labour Party britânico pós-1918, e o socialismo real na União Soviética após a Revolução de 1917, sob Lênin e Stalin, que implementaram planejamento central e coletivização, expandindo-se para o Bloco Oriental pós-Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, influenciou movimentos como o PCB (1922) e políticas do PT nos anos 2000, mas enfrentou críticas por falhas econômicas, como o colapso soviético em 1991, levando a variantes como o socialismo de mercado na China contemporânea (Wikipedia, 2025).

## Propriedade Coletiva

A propriedade coletiva no socialismo implica a gestão dos meios de produção (fábricas, terras) por cooperativas, Estado ou comunidades, eliminando a propriedade privada para evitar a exploração capitalista. “A propriedade social dos meios de produção é a base para a conjugação planificada da força de trabalho e recursos, visando o bem comum” (Ostrovitianov, 1959). Essa abordagem, central na teoria marxista, busca equidade, mas enfrenta críticas por possíveis ineficiências na administração.

## Planejamento Central

O planejamento central no socialismo envolve a alocação estatal de recursos e metas econômicas para priorizar o bem coletivo, como na União Soviética com o Gosplan. “O planejamento central busca coordenar a produção para atender às necessidades sociais, mas pode levar a ineficiências devido à falta de preços de mercado” (Instituto Liberal, 2024). Críticas, como a de Ludwig von Mises, destacam o “problema do cálculo econômico”, que questiona a viabilidade de planejar sem mecanismos de mercado.

## Estado de Bem-Estar Social

O Estado de bem-estar social, associado a algumas correntes socialistas, emergiu no final do século XIX na Alemanha de Bismarck e expandiu-se após a Segunda Guerra Mundial, com políticas de saúde, educação e previdência financiadas pelo Estado. “O Estado de bem-estar social visa reduzir desigualdades por meio de serviços públicos universais, como na Escandinávia, mas enfrenta desafios fiscais” (Brasil Escola, s.d.). Apesar de seu sucesso em reduzir disparidades, crises fiscais nas décadas de 1970 geraram críticas sobre sua sustentabilidade.

# COMUNISMO

O comunismo é uma ideologia política, filosófica, social e econômica que visa estabelecer uma sociedade sem classes sociais, baseada na igualdade plena e na superação do capitalismo, com o objetivo de eliminar a exploração do homem pelo homem através da abolição da propriedade privada dos meios de produção e da promoção de uma distribuição equitativa de recursos.

Originado no século XIX, influenciado por pensadores como Karl Marx e Friedrich Engels, o comunismo propõe uma transição revolucionária do capitalismo para o socialismo, e subsequentemente para uma fase superior onde o Estado se extingue, permitindo o pleno desenvolvimento humano em uma comunidade global sem hierarquias ou divisões econômicas.

No Manifesto Comunista, Marx e Engels enfatizam a luta de classes como motor da história, defendendo que o proletariado deve tomar o poder para reorganizar a sociedade, promovendo a propriedade coletiva e a erradicação das desigualdades inerentes ao sistema capitalista. Críticos, no entanto, apontam para implementações históricas, como na União Soviética, que resultaram em autoritarismo e ineficiências econômicas, contrastando com o ideal teórico de uma utopia igualitária. (Brasil Escola, 2024.)

Figura 4: Comunismo - Bandeira



Fonte: TodaMateria, 2025

## Contexto Histórico

O comunismo tem raízes antigas em ideias utópicas, como as de Platão e comunidades cristãs primitivas, mas sua forma moderna emergiu no século XIX com Karl Marx e Friedrich Engels, que no "Manifesto Comunista" (1848) propuseram a abolição da propriedade privada e das classes sociais via revolução proletária, influenciados pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa.

A primeira implementação estatal ocorreu com a Revolução Russa de 1917, liderada por Lênin, estabelecendo a União Soviética como o primeiro Estado comunista, que sob Stalin (1924-1953) adotou industrialização forçada e purgas, expandindo-se durante a Guerra Fria para países como China (1949, sob Mao Zedong), Cuba (1959, sob Fidel Castro) e o Bloco Oriental.

No Brasil, o comunismo influenciou o PCB e movimentos guerrilheiros nos anos 1960-1970, mas foi reprimido pela ditadura militar (1964-1985). Apesar de sucessos como a alfabetização em Cuba, o comunismo enfrentou colapsos como o da URSS em 1991 devido a ineficiências econômicas e autoritarismo, evoluindo para modelos híbridos como o "socialismo com características chinesas" no século XXI (Wikipedia, 2025).

## Abolição do Estado e das Classes

A abolição do Estado e das classes sociais é um princípio central no comunismo marxista, onde o Estado é visto como um instrumento de dominação de classe que deve ser superado após a revolução proletária, levando a uma sociedade sem hierarquias onde as divisões econômicas e sociais desaparecem naturalmente. Segundo Marx, a luta de classes impulsiona a história, e a abolição das classes surge como resultado necessário da eliminação da propriedade privada, tornando o Estado obsoleto ao remover a necessidade de repressão organizada.

No Manifesto Comunista, Marx defende que, além da propriedade privada, elementos como a família tradicional, a educação burguesa e a religião devem ser transformadas para pavimentar o caminho para uma sociedade comunista plena, livre de explorações. Essa visão teórica contrasta com experiências práticas, onde tentativas de implementação frequentemente resultaram em Estados autoritários, destacando o desafio de alcançar a extinção do Estado sem recaídas em estruturas de poder centralizadas (Mises Brasil, 2024.)

## Propriedade Coletiva Total

A propriedade coletiva total no comunismo refere-se à socialização completa dos meios de produção, onde fábricas, terras e recursos são geridos coletivamente pela sociedade, eliminando qualquer forma de propriedade privada para prevenir a acumulação de riqueza e a exploração. Essa abordagem, central na teoria comunista, promove uma forma de propriedade pública que garante igualdade social plena, com todos os membros da sociedade contribuindo e beneficiando-se igualmente, sem distinções baseadas em posse individual.

Na sociedade comunista, a propriedade coletiva é vista como a base para uma economia planificada que atende às necessidades comuns, contrastando com o capitalismo que, segundo críticos comunistas, destrói a verdadeira propriedade privada ao concentrá-la nas mãos de poucos. Implementações históricas, como na China ou na União Soviética, buscaram essa coletivização, mas frequentemente enfrentaram resistências e ineficiências, destacando o debate sobre a viabilidade prática dessa propriedade total em escala global (Wikipedia, 2025)

## "De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade"

O princípio "De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade" é um lema fundamental do comunismo, originado na Crítica ao Programa de Gotha de Karl Marx em 1875, que descreve a fase superior da sociedade comunista onde a distribuição de bens é baseada nas habilidades individuais e nas necessidades pessoais, sem a mediação de dinheiro ou classes sociais. Essa máxima pressupõe uma abundância produtiva alcançada pela coletivização, permitindo que cada indivíduo contribua conforme seu potencial e receba conforme suas demandas, promovendo a verdadeira igualdade e o fim da alienação do trabalho.

No contexto marxista, ela representa a transição do socialismo, onde a remuneração é pelo trabalho, para o comunismo pleno, influenciando movimentos e regimes que buscaram implementar essa visão utópica. Apesar de sua inspiração em respostas às desigualdades capitalistas, críticos argumentam que sua aplicação prática frequentemente leva a ineficiências e autoritarismo, questionando a viabilidade em sociedades complexas (NSC Total, 2024).

# ANARQUISMO

O anarquismo é uma filosofia política e social que rejeita qualquer forma de autoridade hierárquica, incluindo o Estado, e defende a organização da sociedade em bases horizontais, cooperativas e igualitárias, com ênfase na liberdade individual e coletiva. Surgido no século XIX, com pensadores como Pierre-Joseph Proudhon, Mikhail Bakunin e Piotr Kropotkin, o anarquismo propõe a substituição de estruturas opressivas por comunidades autogeridas, onde as decisões são tomadas de forma consensual e as relações econômicas e sociais baseiam-se na solidariedade mútua, sem exploração ou coerção.

Diferentemente do socialismo estatal ou do comunismo, que podem prever uma transição mediada pelo Estado, o anarquismo busca a abolição imediata de instituições autoritárias, promovendo a emancipação humana através da ação direta e da resistência à dominação capitalista e governamental. Embora criticado por sua suposta inviabilidade prática devido à ausência de uma autoridade central, o anarquismo inspirou movimentos como os sindicatos operários do início do século XX e experiências comunitárias, como as coletividades durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). “O anarquismo é a luta pela liberdade total do indivíduo e da sociedade, rejeitando qualquer forma de coerção imposta por estruturas hierárquicas” (Wikipedia, 2025).

Figura 5: Anarquismo: "Mikhail Bakunin"



Fonte, Brasil Escola, 2025

## Contexto Histórico

O anarquismo surgiu no século XIX na Europa, no contexto da Revolução Industrial e das lutas operárias, com Pierre-Joseph Proudhon declarando-se anarquista em "O que é a Propriedade?" (1840), defendendo a abolição do Estado e da propriedade privada em favor de mutualismo e federações cooperativas.

Influenciado pela Primeira Internacional (1864), onde Mikhail Bakunin rivalizou com Marx, o anarquismo se diversificou em correntes como o coletivismo e o comunismo anarquista de Piotr Kropotkin, inspirando ações como o Haymarket Affair nos EUA (1886) e a Revolução Mexicana (1910) com Ricardo Flores Magón. Seu ápice ocorreu durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), com as coletividades da CNT-FAI gerenciando indústrias e terras autonomamente, mas foi reprimido pelo franquismo e pelo stalinismo.

No Brasil, o anarquismo influenciou sindicatos operários no início do século XX, como a greve geral de 1917, declinando com a ascensão do comunismo e do getulismo. Apesar de marginalizado pós-Segunda Guerra Mundial, ressurgiu em movimentos como os de 1968 e o zapatismo (1994), criticando hierarquias e promovendo autogestão em contextos globais contemporâneos (Wikipedia, 2025).

## Abolição do Estado

A abolição do Estado é um pilar central do anarquismo, que o considera uma instituição intrinsecamente opressiva, criada para perpetuar desigualdades e proteger os interesses das classes dominantes. Para anarquistas como Bakunin, o Estado, com seu monopólio da violência e suas estruturas burocráticas, impede a liberdade genuína e deve ser substituído por federações de comunidades autônomas, organizadas horizontalmente sem coerção centralizada.

Essa visão contrasta com o marxismo, que prevê um Estado transitório durante a revolução socialista, enquanto o anarquismo defende sua dissolução imediata, promovendo a autogestão e a cooperação voluntária como alternativas. Experiências históricas, como a Comuna de Paris (1871) e as coletividades anarquistas na Espanha, demonstraram tentativas práticas de organização sem Estado, embora enfrentassem repressão militar e desafios logísticos.

Críticos argumentam que a ausência de um Estado pode levar ao caos ou à formação de novas hierarquias informais, mas anarquistas sustentam que a liberdade só é possível sem a coerção estatal. “O Estado, em todas as suas formas, é o principal obstáculo à emancipação humana, devendo ser abolido para dar lugar à livre associação” (Brasil Escola, 2021.).

## Autogestão

A autogestão é um princípio fundamental do anarquismo, que propõe a organização da sociedade por meio de estruturas descentralizadas e democráticas, onde os indivíduos e comunidades gerem diretamente suas atividades econômicas, sociais e políticas sem intermediários autoritários. Inspirada por pensadores como Proudhon, que defendia cooperativas de trabalhadores, e Kropotkin, que enfatizava a ajuda mútua, a autogestão rejeita a hierarquia capitalista e estatal, promovendo a tomada de decisões coletivas e consensuais.

Exemplos históricos incluem as cooperativas agrícolas e industriais durante a Revolução Espanhola, onde trabalhadores administravam fábricas e terras de forma coletiva, demonstrando a viabilidade prática da autogestão. No entanto, esses experimentos enfrentaram desafios como falta de recursos e repressão externa, levantando debates sobre sua escalabilidade.

Para os anarquistas, a autogestão é a expressão prática da liberdade, permitindo que as comunidades atendam às suas necessidades sem depender de elites ou instituições coercitivas. “A autogestão é a base para uma sociedade livre, onde os trabalhadores controlam diretamente os meios de produção e as decisões comunitárias” (InfoEscola, 2021.).

## Rejeição da Autoridade

A rejeição da autoridade é a essência do anarquismo, que contesta qualquer forma de poder coercitivo, seja estatal, religioso, econômico ou cultural, considerando-a uma violação da liberdade individual e coletiva. Pensadores como Bakunin argumentavam que a autoridade, mesmo quando justificada como “legítima”, perpetua a dominação e a desigualdade, devendo ser substituída por relações voluntárias e igualitárias.

Essa rejeição não implica caos, mas sim a construção de uma ordem social baseada na cooperação livre e na ajuda mútua, como defendido por Kropotkin em sua teoria do apoio mútuo como fator de evolução social. Movimentos anarquistas, como os do início do século XX na Europa e América, utilizaram a ação direta, como greves e protestos, para desafiar autoridades estabelecidas, embora frequentemente enfrentassem repressão violenta.

Críticos do anarquismo questionam como a sociedade pode funcionar sem alguma forma de autoridade coordenadora, mas os anarquistas respondem que a verdadeira liberdade só emerge quando todas as formas de coerção são eliminadas, promovendo uma organização espontânea e equitativa. “A autoridade é a negação da liberdade; sua rejeição é o primeiro passo para uma sociedade verdadeiramente igualitária” (Toda Matéria, 2023).

# CONCLUSÃO

A análise dos sistemas econômicos e das formas de governo, como liberalismo, neoliberalismo, socialismo, comunismo e anarquismo, revela distintas concepções acerca da organização social, da distribuição de recursos e do papel do Estado na regulação das relações econômicas e políticas. O liberalismo e o neoliberalismo privilegiam a liberdade individual, a iniciativa privada e a autorregulação do mercado como mecanismos de desenvolvimento e progresso social, enquanto o socialismo e o comunismo buscam a superação das divisões de classe, promovendo a coletivização dos meios de produção e a igualdade material como fundamentos para eliminar a exploração econômica e consolidar a justiça social. Por sua vez, o anarquismo propõe a abolição das hierarquias e da autoridade central, defendendo uma organização pautada na cooperação voluntária e na autonomia plena dos indivíduos. A compreensão comparativa dessas ideologias evidencia seus impactos históricos e sociais e propicia uma reflexão crítica sobre os desafios contemporâneos relacionados à governança, à economia e à construção de sociedades mais equitativas e sustentáveis.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HEYWOOD, Andrew. Ideologias Políticas: do liberalismo ao fascismo. 4. ed. São Paulo: Ática, 2010. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/ideologias-politicas/>. Acesso em: 14 set. 2025.

MENDONÇA, Daniel de. **Ideologias Políticas**. Sabedoria Política, 2013. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/ideologias-politicas>. Acesso em: 14 set. 2025.

TOPINVEST. **Sistema econômico**. 2025. Disponível em: <https://www.topinvest.com.br/sistema-economico>. Acesso em: 14 set. 2025.

SIGNIFICADOS. **Tipos de ideologia e características**. 2025. Disponível em: <https://www.significados.com.br/tipos-de-ideologia-e-caracteristicas>. Acesso em: 14 set. 2025.

Wikipedia. **História do liberalismo**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_do_liberalismo>. Acesso em: 14 set. 2025.

TODAMATÉRIA. Liberalismo: **o que é, suas características e tipos. Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/liberalismo/>. Acesso em: 14 set. 2025.

INVESTIDOR SARDINHA. **O que é liberalismo**. 2025. Disponível em: <https://investidorsardinha.r7.com/aprender/o-que-e-liberalismo>. Acesso em: 14 set. 2025.

LIMA, Renan. **Estado mínimo: entenda o conceito que propõe a redução do Estado**. Politize!, 2025. Disponível em: <https://www.politize.com.br/estado-minimo>. Acesso em: 14 set. 2025.

BLUME, Bruno André; MARTINELI, Marlon. **O que é neoliberalismo?**. Politize!, 2025. Disponível em: <https://www.politize.com.br/neoliberalismo-o-que-e>. Acesso em: 14 set. 2025.

Wikipedia. (2025). **Neoliberalism**o. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Neoliberalismo>. Acesso em: 14 set. 2025.

Mendonça, C. **Neoliberalismo no Brasil**: Política econômica incentivou privatizações. UOL Educação. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/neoliberalismo-no-brasil-politica-economica-incentivou-privatizacoes.htm>. Acesso em: 14 set. 2025.

Mendonça, Ç. **Neoliberalismo no Brasil: Política econômica incentivou privatizações.** UOL Educação. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/neoliberalismo-no-brasil-politica-economica-incentivou-privatizacoes.htm>. Acesso em: 14 set. 2025.

Investopedia. **Neoliberalism explained: Definition, examples, pros & cons.** Disponível em: <https://www.investopedia.com/terms/n/neoliberalism.asp>. Acesso em: 14 set. 2025.

Wikipedia. **(Socialismo).** Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismo>. Acesso em: 14 set. 2025.

Wikipedia. (2025). **História do socialismo**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_do_socialismo>. Acesso em: 14 set. 2025.

Ostrovitianov, K. Capítulo XXIV — **A Propriedade Social dos Meios de Produção. Marxists.org**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/ostrovitianov/1959/manual/24.htm>. Acesso em: 14 set. 2025.

Instituto Liberal. **A ilusão do planejamento central: a defesa da liberdade em Hayek**. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/resenhas/a-ilusao-do-planejamento-central-a-defesa-da-liberdade-em-hayek/>. Acesso em: 14 set. 2025.

Brasil Escola. **Estado de bem-estar social: como funciona**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/estado-bem-estar-social.htm>. Acesso em: 14 set. 2025.

Brasil Escola. **Comunismo: o que é, símbolo, diferença do socialism**o. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/comunismo.htm>. Acesso em: 14 set. 2025.

Mises Brasil. **Cinco coisas que Marx queria abolir (além da propriedade privada)**. Disponível em: <https://mises.org.br/artigos/2557/cinco-coisas-que-marx-queria-abolir-alem-da-propriedade-privada>. Acesso em: 14 set. 2025.

Wikipedia. **Sociedade comunista**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_comunista>. Acesso em: 14 set. 2025.

NSC Total. **O que é o comunismo e quais as polêmicas por trás?** Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/o-que-e-o-comunismo-e-quais-as-polemicas-por-tras>. Acesso em: 14 set. 2025.

Wikipedia. **Anarquismo.** Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Anarquismo>. Acesso em: 14 set. 2025

Brasil Escola. **Anarquismo: o que é, características, pensadores**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/filosofia/anarquismo.htm>. Acesso em: 15 set. 2025.

InfoEscola. **Anarquismo.** Disponível em: <https://www.infoescola.com/politica/anarquismo/>. Acesso em: 14 set. 2025.

Toda Matéria. **O que é anarquismo?** Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/anarquismo/>. Acesso em: 14 set. 2025.